

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Crise na Bolívia afeta o mercado de gás no Brasil	2
Título: PL de Serra pode ter efeito contrário e ampliar regime de partilha, diz ANP	4
Título: Com ‘reserva’ do insumo, Petrobras afirma que não deve ser atingida por turbulência	5
Título: Dinheiro da cessão onerosa libera desbloqueio de R\$ 14 bi do Orçamento.....	7
Título: Piora nas contas externas ajuda a depreciação o real	8
Título: Pré-sal, por si só, não atrai as múltiplas	10
Título: Eletrobras vai ampliar plano de redução de funcionários	12
Título: Aneel aprova edital do leilão de transmissão de dezembro.....	14
Título: CPFL define estratégia e deve disputar linhas menores	16
Título: Por renascimento, setor naval planeja cluster no Rio	17
Título: Demanda no país vai crescer 8%, diz Gerdau	18
Título: Venda de imóveis pode render mais de R\$ 1 bi para BR	20
Título: Endividamento das usinas cresceu em 2018/19.....	21
Título: Raízen Energia volta ao azul.....	23
Título: Biosev não sai do vermelho	25
Título: Rebatizada, Engevix fecha leniência e mira retomada	26
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	28
Título: Governo anuncia desbloqueio de R\$ 14 bi do Orçamento	28
Título: Estados propõem alterações na PEC emergencial.....	28
Título: Brasil teme que crise na Bolívia afete oferta de gás.....	29
Título: Possível chegada de óleo faz Rio treinar resposta rápida	31
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	32

Título: Governo incentiva corte no ICMS da aviação	32
Título: Após leilão De petróleo, governo desbloqueia R\$ 14 bi de ministérios	33
Título: Bolívia alerta sobre possível interrupção de gás no Brasil.....	34
VEÍCULO: O Globo	34
Título: Após leilão, governo libera R\$ 14 bilhões do Orçamento	34
Título: A Petrobras e a vaca	35

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito, Francisco Góes e Fabio Murakawa — Do Rio e Brasília

Título: Crise na Bolívia afeta o mercado de gás no Brasil

A indefinição do quadro político na Bolívia, depois da renúncia do presidente Evo Morales, cria incertezas em relação ao ritmo do processo de abertura do mercado de gás natural no Brasil. As tratativas entre a Petrobras e a estatal boliviana YPFB para renegociar o contrato de importação de gás natural que vence em 31 de dezembro foram paralisadas antes das eleições de outubro no país vizinho, mas a crise institucional que levou à renúncia de Morales tornou o cenário da renegociação ainda mais difícil.

Ao mesmo tempo, a crise institucional boliviana prejudica as negociações de empresas brasileiras para importar gás via Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) a partir de 2020, depois do vencimento do atual contrato com a Petrobras. A estatal brasileira sinalizou à YPFB que vai diminuir o volume contratado a partir do próximo ano, abrindo espaço para outras companhias também importarem.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, afirmou ontem que, enquanto não houver uma definição sobre o novo governo na Bolívia, não será possível retomar as negociações para a recontratação da importação do gás natural do país vizinho.

“O que estava sendo renegociado primeiro era o contrato de compra de gás da Bolívia, de 30 milhões de m³ /dia de gás, que tinha que ser negociado pelas empresas brasileiras com a YPFB, que, no caso boliviano, tem o monopólio da negociação e é controlada pelo governo. Uma vez que soubessem o volume de moléculas a que teriam direito, elas [empresas brasileiras] poderiam então participar de licitação pública pelo volume de transporte no gasoduto [Gasbol]. A ANP fazia isso [a licitação pública]”, disse Oddone no seminário “E agora, Brasil?”, promovido pelos jornais **Valor** e “O Globo”, com apoio da Confederação Nacional do Comércio (CNC), no Rio.

Para Oddone, a indefinição do novo governo boliviano paralisa o processo de negociação. “Tem que haver um governo legítimo do outro lado, com condições de assinar esse contrato, com novos volumes e novo preço. Enquanto isso não se resolver, é difícil de acreditar que essa história terá um fim”, afirmou. “Vamos ter que esperar uma eleição, um novo governo se estabelecer, para retomar a negociação.”

O contrato atual de fornecimento de gás, que vencerá no fim deste ano, permite à Petrobras importar até 30 milhões de m³ /dia da Bolívia. Como o contrato é do tipo “take or pay” e a Petrobras tem consumido menos que os 30 milhões de m³ /dia, a estatal brasileira tem um crédito de consumo de gás boliviano que pode durar até cerca de um ano, segundo fontes. Além de negociar a compra do gás boliviano, as empresas precisam contratar espaço no gasoduto para transportar o insumo. A Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) abriu neste ano uma chamada pública para a contratação da capacidade do duto, sob coordenação da ANP. O processo está suspenso.

Oddone disse que na última semana a ANP estabeleceu um mecanismo regulatório que exige a transparência nos preços praticados pela Petrobras em seus contratos no mercado de gás. “A mudança [queda de preços do gás] virá. Mas quanto vai cair e quando vai ser é difícil estabelecer”, afirmou.

Se por um lado, a crise institucional na Bolívia afeta o andamento do processo de abertura do mercado de gás natural brasileiro, por outro, há pouco risco de desabastecimento para o país. Segundo o **Ministério de Minas e Energia** no acumulado do ano até agosto, o volume médio de importação do gás boliviano foi de 15,33 milhões de metros cúbicos/dia. O volume é equivalente a cerca de 20% do consumo médio total do produto no Brasil, de 72,95 milhões de metros cúbicos/dia. O restante da demanda é preenchido pela oferta nacional de 54,16 milhões de metros cúbicos/dia e pela importação de gás natural liquefeito (GNL) de 24,52 milhões de metros cúbicos/dia.

Ontem o embaixador da Bolívia no Brasil, José Kinn Franco, disse que a crise política não afetará no longo prazo o comércio de gás entre os dois países. Ele

acredita que as empresas brasileiras podem se beneficiar com preços mais baixos do gás boliviano. Franco reconheceu que todas as gestões entre a YPFB e o lado brasileiro estão paralisadas. “Enquanto não se estabelece um governo provisório, está tudo paralisado. Não estão deixando produzir, trabalhar... A YPFB também não está fazendo nenhuma gestão”, disse o embaixador. “Uma vez normalizada a situação, a YPFB continuará seu trabalho de buscar acordos e contratos adicionais.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Francisco Góes — Do Rio

Título: PL de Serra pode ter efeito contrário e ampliar regime de partilha, diz ANP

Projeto de lei pode resultar em aumento de burocracia, diz diretor da agência reguladora

O projeto de lei nº 3.178/2019, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), que propõe, entre outras coisas, a possibilidade de licitação de áreas sob o regime de concessão dentro do polígono do pré-sal pode surtir o efeito contrário ao defendido pelo mercado. Em vez de extinguir o regime de partilha, como querem especialistas, petroleiras e o próprio governo, o projeto pode acabar com o regime de concessão. O alerta foi feito ontem pelo diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone.

Hoje as áreas no polígono do pré-sal têm que ser licitadas pelo regime de partilha. O projeto de Serra possibilita que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decida qual é o melhor regime para cada área no polígono. O receio de Oddone é que o CNPE faça avaliação semelhante também para áreas fora do pré-sal. Assim, como a partilha gera ganho fiscal maior, a tendência é que o conselho opte preferencialmente pelo regime de partilha.

“Eu tenho uma preocupação enorme com isso. A gente começar com ótima intenção de acabar com a partilha e terminar acabando com a concessão. Porque, no imaginário coletivo, a partilha traz melhor resultado para a União. [...] Na hora que o CNPE for discutir se vai colocar uma área sob concessão ou sob partilha, por que ele não colocará em partilha já que a carga [fiscal] para a União é melhor? Vamos correr o risco de ter uma discussão enorme e acabar

licitando um número enorme de áreas em partilha”, disse Oddone no seminário “E agora, Brasil?”, promovido pelos jornais **Valor** e “O Globo”, com apoio sede da Confederação Nacional do Comércio (CNC), no Rio.

Oddone disse ainda que o projeto de lei pode resultar em aumento de burocracia uma que o CNPE terá que avaliar bloco por bloco, em todo o país, se é melhor licitá-lo sob partilha ou sob concessão. Em seguida, cada análise de cada bloco deverá passar pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A complexidade regulatória do regime de partilha foi uma das razões apontadas por petrolíferas privadas para se ausentarem dos dois leilões realizados semana passada. Ontem, a nova presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), Clarissa Lins, defendeu a adoção de um regime único de concessão no Brasil. “As IOCs [sigla em inglês para companhias petroleiras privadas internacionais] não fizeram lances, demonstrando, portanto, que talvez seja melhor voltarmos para algo mais simples, que é o modelo de concessão.”

Uma saída proposta por Oddone seria definir o regime único de concessão e, para as áreas com potencial mais elevado de petróleo e gás, aplicar uma participação especial adicional, a ser repartida entre União, Estados e municípios. Segundo ele, essa modificação poderia ser feita no próprio PL de Serra. No megaleilão do excedente da cessão onerosa, na semana passada, apenas duas das quatro áreas ofertadas foram arrematadas. Em uma delas, o campo de Búzios, a Petrobras venceu com 90% de participação em um consórcio com as chinesas CNOOC e CNODC (5% para cada uma delas). A estatal brasileira arrematou sozinha outra área, Itapu. Na 6ª rodada da partilha, apenas uma área, Aram, foi contratada, pela Petrobras (80%), com a CNODC (20%).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: Com ‘reserva’ do insumo, Petrobras afirma que não deve ser atingida por turbulência

Contrato de importação vence em 31 de dezembro, mas estatal afirma que pode esperar por ao menos seis meses

A Petrobras tem folga de seis meses de gás não despachado originado da Bolívia e não deve ser afetada de imediato pela crise daquele país, cujo presidente, Evo

Morales, renunciou ao cargo no domingo. A avaliação é do diretor-executivo de relacionamento institucional da Petrobras, Roberto Ardenghy.

A companhia vem renegociando com a estatal YPFB o contrato de importação de gás natural com a Bolívia, que expira em 31 de dezembro. O acordo foi assinado em 1999, e prevê a compra de até 30 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. O insumo é importado por meio do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol).

“Temos ainda uma folga que é o volume não despachado [de gás natural]. Isso nos dá uma folga de no mínimo seis meses e nos permite esperar um pouco a situação da Bolívia ficar clara para possível negociação do contrato”, disse Ardenghy, ontem, em painel do seminário 15º Brazil Power & Energy, promovido pela Câmara Americana de Comércio (Amcham), no Rio.

Na prática, os termos do contrato ainda em vigor favorecem a formação de espécie de reserva do gás. “O contrato é assim: o que você não despachar durante o contrato poderá despachar ao fim do contrato. É como estivéssemos criando uma espécie de seguro de produção até a gente renegociar outro contrato.”

Segundo o diretor, as conversas para a renegociação do contrato já haviam começado, mas o calendário eleitoral do país andino “atrasou um pouquinho esse processo” - as eleições gerais bolivianas aconteceram em 20 de outubro e, após seu resultado ter sido contestado pela oposição, a Organização dos Estados Americanos (OEA) viu graves irregularidades no pleito.

Com a renúncia de Evo Morales e uma nova eleição, a expectativa, segundo Ardenghy, é que o atraso será ainda maior.

De acordo com Ardenghy, os problemas para a renegociação do contrato começaram muito antes da renúncia do presidente da Bolívia. Ele disse que as negociações estavam paralisadas desde um mês antes das eleições bolivianas - que reelegeram Morales no 1º turno. “O calendário eleitoral nos prejudicou”, afirmou o dirigente da estatal.

No caso do contrato a ser renegociado, ao ser questionado sobre qual volume planeja estipular, se maior ou menor do que o atual, o executivo observou que dependerá de preço. “Dependendo das condições de mercado aqui, é claro que a gente quer despachar o máximo possível. Mas claro que a gente tem que olhar o outro lado aí. Vai depender do preço que a parte boliviana vai nos cobrar. Tudo isso vai condicionar o volume que a gente vai despachar nos próximos anos”, afirmou Ardenghy.

O executivo acrescentou que a empresa está acompanhando de perto as evoluções do cenário boliviano. “Temos lá equipe de 40 pessoas”, disse. “Primeiro estamos preocupados com o nosso pessoal na Bolívia. Nós enviamos equipe nossa da área de segurança para acompanhar a situação, para garantir a segurança dos nossos funcionários e seus familiares”, afirmou ele. “Nossa equipe já está lá há mais de uma semana na Bolívia fazendo esse trabalho”, disse Ardenghy.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta — De Brasília

Título: Dinheiro da cessão onerosa libera desbloqueio de R\$ 14 bi do Orçamento

Ingresso de R\$ 23,7 bilhões, que representa a parcela da União, abre espaço fiscal novo de R\$ 16,8 bilhões, afirma secretário

O ingresso de recursos do leilão de excedentes da cessão onerosa permitiu ao governo zerar o contingenciamento de recursos do Orçamento federal, informou o Ministério da Economia. O ingresso de R\$ 23,7 bilhões, que representa a parcela da União, abriu um espaço fiscal novo de R\$ 16,8 bilhões.

Com isso, houve o desbloqueio de R\$ 14 bilhões do orçamento deste ano, o que representa a totalidade dos recursos que estavam bloqueados. A diferença de R\$ 2,8 bilhões será utilizada, segundo fonte ouvida pelo **Valor**, para atualizar os valores referentes a transferência de recursos da cessão onerosa para Estados e municípios.

“Estamos em posição muito mais confortável do que antecipávamos no começo do ano”, disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. As contas do governo central deverão fechar o ano com um déficit de R\$ 80 bilhões “ou menos”, ante uma meta de saldo negativo de R\$ 139 bilhões. “Será o melhor primário desde 2015”, informou.

Esse resultado foi favorecido pelo fato de os campos de Búzios e Itapu terem saído pelo preço mínimo. Segundo Waldery, o governo esperava que houvesse ágio no leilão e por isso contava com o pagamento parcelado. No entanto, sem ágio, o valor é pago integralmente neste ano. Serão R\$ 69,9 bilhões.

Apesar da perspectiva de novos leilões e do plano de intensificar privatizações no ano que vem, a meta fiscal de 2020 será mantida em déficit de R\$ 124 bilhões, disse o secretário. É, no entanto, um número conservador.

“Nossa intenção é continuar com a melhoria do resultado primário”, afirmou. “Se obtivermos de primário ‘X’ bilhões, no ano que vem buscaremos um primário abaixo desse valor, mas é claro que vai depender de diversas variáveis.

Há razões para contar um com resultado melhor, segundo apontou. Os campos de Atapu e Sépia, que não tiveram lance no leilão de excedentes da cessão onerosa, têm lances mínimos calculados em R\$ 36,6 bilhões. “Eles serão novamente leiloados”, disse. “Trabalharemos fortemente para que isso ocorra em oito meses.”

Além disso, o governo pretende seguir fortemente com seu programa de desinvestimentos. Sobre essas operações incide Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de 15%. “É receita primária na veia.”

O secretário frisou que o governo chegou a esse resultado mantendo seu planejamento, apesar dos intensos debates sobre mudar o teto de gastos e rever a meta de resultado primário.

A única flexibilização feita no teto foi para pagar a Petrobras após o leilão da cessão onerosa, disse. “Não comprometemos o teto de gastos e continuaremos com a mesma visão.” Pelo contrário, o teto foi fortalecido na PEC do Pacto Federativo, que colocou a relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB) como sinalizador e coordenador das três regras para os gastos públicos: o teto, a “regra de ouro” e a meta de resultado primário. **(Colaboraram Edna Simão e Mariana Ribeiro)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Piora nas contas externas ajuda a depreciar o real

Os investidores ficaram frustrados com o resultado dos leilões de exploração do petróleo deste mês. Contrariando as expectativas, Shell, Chevron, Total, Galp e outras grandes empresas não participaram e a arrecadação ficou bem abaixo dos R\$ 106 bilhões esperados para as áreas do pré-sal. Não fosse a atuação da Petrobras em parceria com sócios chineses, o fracasso seria total. O impacto foi forte no câmbio, que contava com a entrada dos dólares do leilão. Depois de ter caído 3,85% em outubro, chegando a ficar abaixo de R\$ 4, com o otimismo provocado pela aprovação da reforma da Previdência e pela expectativa com os leilões, o dólar subiu 4% nestes primeiros dias do mês. Foi a maior alta em uma

semana desde a escalada de agosto de 2018, em consequência da divulgação de pesquisa eleitoral.

O mercado financeiro alinhou outras justificativas para a alta do dólar como a soltura do ex-presidente Lula e nova onda de tensão nas relações entre a China e os EUA. No entanto, não se pode atribuir só a esses fatores o movimento do câmbio. O dólar se valorizou ao longo do ano e chegou ao pico de R\$ 4,18 no início de setembro. Mesmo tendo caído quase 4% em outubro, acumula elevação de 7,58% no ano, até ontem.

Os dados do fluxo cambial ajudam a explicar o que acontece. Outubro registrou a maior saída de divisas da série histórica mensal, com US\$ 8,5 bilhões. No acumulado do ano, as saídas chegam a US\$ 21,9 bilhões, com retiradas líquidas de US\$ 35,6 bilhões pelo câmbio financeiro, não compensadas pelo saldo positivo de US\$ 13,7 bilhões no câmbio relativo às operações comerciais. Ao mesmo tempo, nota-se a crescente saída de capital externo que estava no mercado brasileiro para aproveitar o antes elevado diferencial entre as taxas brasileiras e as praticadas no exterior, e começaram a bater em retirada depois da queda da taxa Selic para patamares historicamente baixos.

O balanço da conta corrente também espelha essa situação. Com o déficit de US\$ 3,5 bilhões, o resultado teve em setembro o sexto aumento consecutivo, acumulando no ano US\$ 34,1 bilhões, ou 2,51% do Produto Interno Bruto (PIB), bem superior aos US\$ 18,6 bilhões do mesmo período em 2018 e também aos US\$ 21,9 bilhões do ano passado inteiro. Diante disso, o BC já revisou para cima a previsão, ampliando o déficit esperado de US\$ 19,3 bilhões para US\$ 36,3 bilhões em 2019.

Um dos motivos para a nova perspectiva é o enfraquecimento da balança comercial, em consequência da crise argentina e da tensão comercial internacional, desencadeada pela disputa entre os Estados Unidos e a China. O saldo comercial ficou em US\$ 1,7 bilhão em setembro, menos da metade dos US\$ 4,7 bilhões de igual mês de 2018, acumulando US\$ 28,6 bilhões no ano, bem abaixo dos US\$ 38,1 bilhões do ano passado. A balança de serviços, com déficit de US\$ 2,7 bilhões em setembro e US\$ 26,1 bilhões no ano, está empatada com o resultado de 2018.

Mas o déficit da conta de rendas também cresceu, basicamente por dois motivos. As remessas de lucros e dividendos, de US\$ 1,4 bilhão em setembro, totalizam US\$ 19,3 bilhões no ano, quase 50% acima dos US\$ 13,2 bilhões nos

primeiros nove meses de 2018. Os pagamentos de juros também aumentaram. Com saída de US\$ 1,3 bilhão em setembro, soma US\$ 18,6 bilhões no ano, pouco acima dos US\$ 17,1 bilhões do mesmo período de 2018.

Chama ainda a atenção a redução dos investimentos em carteira, apesar de o risco país ter recuado para 115 pontos no início de novembro, o menor patamar desde maio de 2013, quando o Brasil era avaliado como grau de investimento pelas empresas internacionais de rating. Somente em setembro, saíram do país US\$ 4,9 bilhões, dos quais US\$ 3,4 bilhões da renda fixa e US\$ 1,5 bilhão da renda variável; e, em outubro, até o dia 22, foram retirados mais US\$ 4,3 bilhões, sendo US\$ 2,4 bilhões de ações, antecipou o Banco Central.

Apesar disso, as contas externas não são motivo de preocupação especial por conta do elevado volume de investimento direto no país, que foi de US\$ 6,3 bilhões em setembro, e US\$ 47,5 bilhões no ano, inferior aos US\$ 53,9 bilhões do mesmo período de 2018, mas o suficiente para financiar o déficit em conta corrente e com previsão de fechar o ano ao redor de US\$ 70 bilhões. As reservas também continuam elevadas, apesar de o Banco Central ter resolvido utilizá-las nas intervenções no mercado de câmbio. O que os números estão dizendo é que o câmbio ainda pode se apreciar mais por algum tempo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: Pré-sal, por si só, não atrai as múltis

Petroleiras estrangeiras que não vieram ao Brasil nos dois últimos leilões do pré-sal “não virão mais no ano que vem”, nas palavras do presidente da BP do Brasil, Adriano Bastos. Para o executivo, caso as áreas não arrematadas nos leilões de excedentes de cessão onerosa e na 6ª Rodada de Partilha do Pré-Sal voltem a ser oferecidas, mesmo em melhores condições, outros projetos pelo mundo vão ocupar o portfólio das empresas - reduzindo assim a capacidade dessas companhias investirem no país.

“O capital que não veio neste ano para o Brasil não vai vir no ano que vem. Outros projetos foram sancionados e isso entra na curva de espelho futuro de cada companhia. Vai bloquear a minha capacidade de investir no Brasil. O Irã já anunciou uma ‘mega’ descoberta, a [Saudi] Aramco está fazendo um IPO [abertura de capital]. O mundo está competindo com a gente”, disse Bastos.

O executivo fez as declarações no 15º Brazil Power & Energy, realizado pela Câmara Americana de Comércio (Amcham), no Rio. No evento, Bastos falou sobre os fatores que pesaram na decisão da empresa de não arrematar blocos nos leilões realizados na semana passada. Entre as razões citadas, estão a necessidade de negociação posterior para compensar a Petrobras por investimentos já realizados nas áreas do pré-sal e a obrigatoriedade de aprovação dos planos de desenvolvimento pela estatal brasileira PPSA. “A minha reunião com o ‘board’ da BP demorou três segundos”, disse sobre a decisão da BP de não fazer ofertas.

Em apresentação no evento sobre as expectativas da BP para a transição energética, Bastos reiterou a tese do mercado de que haverá substituição exponencial de petróleo e carvão por energias limpas e renováveis. Ele disse que há hoje, no mundo, reservas provadas e disponíveis de mais ou menos 7,5 trilhões de barris de óleo equivalente, mas que a demanda para óleo e gás nesses próximos 20 anos será de apenas 2,5 trilhões de barris.

À luz dessas estimativas, defendeu que o Brasil crie meios de acelerar a exploração do setor de petróleo. “Nós precisamos sancionar, trazer atividade para o país, recuperar toda a capacidade ociosa do Brasil. Se nos atrasarmos um ou dois anos, como por exemplo com Sépia e Atapu [para vender as áreas], esse atraso vai sair muito caro. Se atrasar um pouco mais, talvez nunca saia do papel. Há um tempo atrás, ter uma reserva dessa no chão era dinheiro no banco. Hoje é o contrário, temos que produzir antes que vire pedra”, afirmou.

Bastos criticou, ainda, o regime de partilha e o direito de preferência da Petrobras - embora tenha reconhecido que a regra ajudou a BP a ganhar blocos quando associada à estatal em leilões anteriores.

Também presente no mesmo evento, o CEO da Petrogal Brasil, Miguel Pereira, disse que a empresa não fez ofertas pelo campo de Aram, o mais atrativo da 6ª Rodada de partilha do pré-sal, porque o valor pedido na forma de bônus de assinatura foi muito alto (R\$ 5 bilhões). Assim como o executivo da BP, ele também classificou como “risco” não saber o valor de compensação a ser pago à Petrobras por investimentos já realizados pela estatal nas áreas.

Pereira contou que a Petrogal chegou a iniciar negociações prévias com a Petrobras para definir os valores da compensação, mas as empresas não chegaram a um denominador comum.

O diretor executivo de relacionamento institucional da Petrobras, Roberto Ardenghy, também presente no evento, disse que o leilão de excedentes da cessão onerosa representa o fim de ciclo regulatório no setor. Ele criticou os termos do contrato assinado em 2010 entre a União e a Petrobras, que

autorizava a produção e exploração pela petroleira estatal em determinadas áreas da Bacia de Santos de até 5 bilhões de barris de óleo equivalente. Mas, como o volume excedeu esse patamar, foi realizada este ano uma licitação para vender o excedente. Ao falar sobre o tema, o executivo afirmou que o contrato da cessão onerosa foi “mal concebido em um tempo de extrema ideologização do negócio de óleo e gás”. Para ele, não se poderia atribuir a uma empresa direito de exploração de cinco bilhões de barris e dar acesso a uma área que poderia ter o dobro desse potencial.

Ao falar sobre o direito de preferência em leilões, ele afirmou ainda que a Petrobras não quer privilégios ao realizar seus negócios, e tem condição de competir, de igual para igual, com suas concorrentes no setor. “A Petrobras não quer privilégio nenhum. Temos condições de competir em igualdade de condição com os nossos colegas da [americana] Exxon e da [britânica] BP”, afirmou ele.

No evento, o executivo da Petrobras não descartou novos leilões na área do pré-sal. “O pessoal da geologia diz que ainda tem muito petróleo no pré-sal e pode ser que ainda gere um grande leilão”, afirmou ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Eletrobras vai ampliar plano de redução de funcionários

A Eletrobras pretende reduzir para cerca de 12 mil pessoas o total de funcionários até meados de 2020. A companhia, que possui hoje 13,7 mil empregados, prevê encerrar na próxima sexta-feira o prazo de adesão para mais um plano de demissão consensual (PDC). Segundo o presidente da companhia, Wilson Ferreira Júnior, até o momento, há 454 adesões, além de 547 inscrições em andamento. A meta da empresa é realizar 1.332 desligamentos até o fim deste ano.

De acordo com estimativas da companhia, a nova etapa do PDC tem um custo estimado em R\$ 548 milhões e economia prevista de R\$ 510 milhões por ano.

“Tínhamos 26 mil pessoas na companhia há três anos. Hoje são 13,7 mil. E estamos caminhando para 12.080 até maio do ano que vem”, afirmou Ferreira, em entrevista coletiva sobre o resultado da empresa no terceiro trimestre, um lucro de R\$ 716 milhões, revertendo prejuízo de R\$ 2,26 bilhões.

Segundo Ferreira, a redução de custos foi um dos principais motivos para a melhora do desempenho da empresa entre julho e setembro, na comparação

com igual período do ano passado. As despesas com pessoal, material, serviços e outros (PMSO) recuou 9% nessa comparação, para R\$ 2,037 bilhões no terceiro trimestre de 2019.

Ele lembrou ainda que, no terceiro trimestre do ano passado, a empresa ainda detinha seis distribuidoras, que em geral, davam prejuízo à companhia. “Uma delas, a própria Amazonas Distribuição, nos deu R\$ 1 bilhão de prejuízo no mesmo trimestre do ano passado”, disse. “Nós privatizamos essas distribuidoras. Não temos um conjunto de empresas que te dá prejuízo. Melhorou o resultado da companhia”, completou.

A Eletrobras também reduziu em 41,2% o volume de investimentos no terceiro trimestre, ante igual período de 2018, para R\$ 574 milhões. Segundo Ferreira, a expectativa para este trimestre é investir R\$ 750 milhões, totalizando, assim, um volume da ordem de R\$ 2,5 bilhões investidos em 2019.

O orçamento para o próximo ano será decidido pela companhia, no âmbito do plano de negócios e gestão 2020-2024, a ser lançado no fim do ano. Ferreira, porém, sinalizou que o valor deverá ficar entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões.

Ele acrescentou que o nível de alavancagem ideal para uma companhia de infraestrutura operar é de 2 vezes a 2,5 vezes a dívida líquida/Ebitda. O indicador atual da Eletrobras é de 2,3 vezes. Considerando os montantes a receber a título de indenizações por investimentos realizados e não amortizados em ativos antigos de transmissão, o indicador da empresa é de 1,8 vez.

Questionado sobre o projeto de lei de capitalização e privatização da Eletrobras (5.877/2019), Ferreira não quis estabelecer um prazo de previsão para que seja aprovado pelo Congresso. Ele, no entanto, disse que projetos do tipo levam cerca de seis meses para ser aprovado e que espera que o assunto seja definido pelo Congresso ainda no primeiro semestre de 2020.

A partir da aprovação do PL, estão previstas outras etapas, como a definição do modelo de privatização pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), a revisão da garantia física de hidrelétricas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre outros, até a realização da operação de aumento de capital, no segundo semestre de 2020, segundo o executivo.

Ferreira disse esperar que o projeto de lei que prevê a solução para a judicialização do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês) seja aprovado no Senado antes da deliberação do Congresso sobre o PL de privatização da elétrica. “Esperamos que [a aprovação do PL sobre o risco hidrológico] seja feita o mais brevemente possível, antes da [privatização] da Eletrobras”, destacou

ele, ressaltando que o PL do risco hidrológico tem repercussão direta no plano de desestatização da companhia.

Questionado sobre passivos como a discussão sobre empréstimos compulsórios, o presidente da Eletrobras afirmou que esses itens ficarão com a empresa privatizada.

Na área operacional, a Eletrobras prevê colocar em operação comercial, na próxima semana, a 18ª e última unidade geradora da casa de força principal da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). “Até a semana que vem, teremos a última máquina em operação comercial”, disse Ferreira.

O executivo acrescentou que a inauguração de Belo Monte deve ocorrer ainda em novembro. A hidrelétrica é a maior usina integralmente nacional, com 11.233 megawatts (MW) de capacidade. Itaipu, de 14 mil MW, é compartilhada com o Paraguai.

Com relação ao próximo leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), marcado para 19 de dezembro, Ferreira comentou que Furnas fez chamada pública para seleção de parceiros para disputar o certame. Ele, porém, disse que a participação da subsidiária no leilão deverá atender à disciplina financeira da Eletrobras e ser submetida ao conselho da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Aneel aprova edital do leilão de transmissão de dezembro

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o edital para contratar novas linhas e subestações de transmissão de energia. O leilão está marcado para 19 de dezembro.

O edital prevê 12 lotes com impacto sobre 12 Estados. Os projetos totalizam 2.360 quilômetros e 7.800 Megavolt-ampère (MVA) de capacidade de transformação. A agência estima o investimento de R\$ 4,18 bilhões e geração de 8.782 empregos diretos.

Os empreendedores terão de 36 a 60 meses para concluir as obras e entrar em operação comercial. A concessão, que envolve construção, operação e manutenção da nova rede de energia, será de 30 anos.

Na disputa, vencerão as empresas que, isoladamente ou reunidas em consórcio, apresentarem o lance com a menor proposta de receita anual permitida (RAP). O edital definirá o teto de receita para cada lote, chamado de “RAP Máxima”.

As receitas máximas dos projetos somam R\$ 720 milhões por ano - valor que pode cair com o acirramento da disputa entre as empresas. Apesar de serem 12 lotes, o edital prevê empreendimentos com 17 trechos de linhas e 16 subestações e pátios.

Para remunerar os investidores, a Aneel adotou o custo médio ponderado de capital (Wacc, na sigla em inglês) de 7,84%.

O leilão inclui empreendimentos no Acre e na Bahia (Lotes 11 e 12) que haviam sido arrematados por empresas do grupo Eletrobras (Eletronorte e Chesf) em certames anteriores. Porém, as subsidiárias da estatal descumpriram cláusulas contratuais e os projetos foram retomados pelo governo, após processos de caducidade instaurados pela agência, para serem relicitados.

Durante a reunião da diretoria, o diretor Rodrigo Limp manifestou otimismo com a disputa. Ele considera que, no setor de infraestrutura do Brasil, o segmento de transmissão talvez seja aquele com modelo de concessão “mais consolidado”.

“Historicamente, temos a participação de proponentes de diversos países que confirmam a robustez e segurança regulatória do nosso modelo de contratação”, disse Limp, relator do processo.

O prazo de concessão começará a contar a partir da assinatura dos contratos, prevista para 20 de março de 2020. A versão preliminar do edital foi aprovada pela diretoria da Aneel em 13 de agosto. Os estudos econômicos foram submetidos à análise do Tribunal de Contas da União (TCU) que fez recomendações de ajustes.

A disputa será realizada em hotel na Zona Sul de São Paulo, em local e horário a ser divulgado pela comissão especial de licitação da Aneel. A reforma do prédio da bolsa de valores B3 inviabilizou a sessão de lances onde tradicionalmente é realizada. O edital deve ser publicado amanhã, no “Diário Oficial da União”.

Para apresentar lances no leilão, é preciso aportar garantias de manutenção de propostas que totalizam R\$ 42 milhões. Na assinatura de contratos, será exigido o depósito de garantia de fiel cumprimento, no total de R\$ 211 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/11/2019****Seção: Empresas****Autor: Taís Hirata — De São Paulo****Título: CPFL define estratégia e deve disputar linhas menores**

A CPFL Energia deverá participar do próximo leilão de transmissão, que será realizado em 19 de dezembro, segundo o presidente do grupo, Gustavo Estrella. “Temos uma estratégia clara para o segmento, que chamamos de transmissão de nicho. São linhas menores, que tenham alguma sinergia com os ativos atuais da companhia”, afirmou o executivo ao **Valor**.

Atualmente, o grupo opera distribuidoras nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, e tem ativos de geração nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste.

A situação financeira do grupo é confortável para novos investimentos, diz ele. A companhia terminou o terceiro trimestre com alavancagem de 2,68 vezes da dívida líquida pelo Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), patamar considerado adequado para a empresa.

Os resultados da companhia no trimestre foram positivos: o lucro líquido avançou 22%, chegando a R\$ 677 milhões, e o Ebitda cresceu 4,5%, atingindo R\$ 1,6 bilhão.

A receita teve queda de 4,7%, para R\$ 7,7 bilhões. A retração, porém, está relacionada a custos não gerenciáveis - basicamente, o preço mais barato da energia comprada pela distribuidora e a redução de encargos, algo que afeta a conta de luz do consumidor, mas não o resultado final da empresa.

Um sintoma da redução desses custos foi a recente revisão tarifária negativa da concessionária CPFL Piratininga, em outubro, devido à quitação de um empréstimo contraído em 2014 com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), incluído na conta de luz ao longo dos últimos anos.

Um marco importante do trimestre foi a conclusão da compra da CPFL Renováveis, subsidiária de geração do grupo, após um longo embate entre o novo controlador da CPFL, a chinesa State Grid, e os acionistas minoritários.

Foi realizado o pagamento efetivo de R\$ 4,1 bilhões pela participação dos acionistas da empresa e, com isso, a CPFL Energia passou a deter 99,94% das ações.

O desembolso foi feito principalmente com os recursos levantados em junho, em uma oferta subsequente de ações que ficou conhecida como “re-IPO”. Além disso, o grupo usou R\$ 500 milhões de seu caixa próprio no pagamento.

Agora, resta concluir o processo de integração da empresa, o que deverá ocorrer até dezembro, segundo Estrella. “Nossas subsidiárias são todas geridas de forma centralizada, em Campinas, a única exceção era a CPFL Renováveis”, afirma ele.

O consumo de energia nas áreas de concessão da empresa teve retração de 1,8% no trimestre. A queda foi puxada pela classe industrial. “A gente ainda não percebe de fato uma retomada”, afirmou o executivo.

A expectativa é que, no acumulado de 2019, o consumo tenha alta de 1,5%, que deverá ser impulsionada no último trimestre, por conta das temperaturas mais altas e do começo de uma retomada industrial. A principal recuperação, porém, virá em 2020, afirma Estrella.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: Por renascimento, setor naval planeja cluster no Rio

Plano será lançado nesta quarta-feira no Rio de Janeiro

De olho no novo ciclo de desenvolvimento do petróleo no Rio de Janeiro, que inclui investimentos de US\$ 54 bilhões da Petrobras nos próximos cinco anos e substituição de 48 plataformas marítimas, a indústria naval refaz suas apostas e lançará o plano de um “cluster” nesta quarta-feira.

Em vez do impulso estatal e dos incentivos fiscais da década passada, o novo Cluster Tecnológico Naval seguirá uma lógica de mercado e buscará uma articulação mais forte do setor. Até 2007, o Estado do Rio concentrava 85% dos postos de trabalho da indústria naval. Dez anos depois, essa participação havia caído pela metade. Hoje existem 13 estaleiros ociosos na Baía de Guanabara.

A iniciativa do cluster partiu de quatro empresas - Emgepron (Empresa Gerencial de Projetos Navais), Amazul (Amazônia Azul Tecnologias de Defesa), Nuclep (Nuclebras Equipamentos Pesados), Condor Tecnologias Não Letais - e foi abraçada tanto pelo setor público como pelo privado.

A ideia é mobilizar as sete cidades no entorno da baía - Rio, Niterói, Magé, Duque de Caxias, São Gonçalo, Guapimirim e Itaboraí - com o Estado do Rio e a

União, para criar mecanismos e possibilitar ações em prol do desenvolvimento da indústria marítima.

“Não falamos em incentivos, mas em políticas que permitam esse desenvolvimento”, afirma o diretor-presidente da Emgepron, vice-almirante Edésio Teixeira Lima Júnior, que também atuará como vice-presidente do conselho de administração do cluster. “Ele surge com uma visão de baixo para cima. Com a ativação do cluster, atrairemos mais empresas que farão parte dele.”

Na visão de seus fundadores, o cluster tem como eixos prioritários o adensamento das cadeias produtivas relacionadas à construção e reparação naval militar e mercante, a geração de estímulos à economia do mar (turismo, venda de cartas náuticas, levantamentos hidrográficos, dragagens, manutenção de embarcações, alienação de meios navais, docagens e perícias), além de subsidiar e fortalecer a plataforma de exportações da indústria de defesa.

A associação sem fins lucrativos responsável pelo cluster articula a criação de um “conselho político-estratégico” para discutir planos e propor políticas - composto pelo governo do Estado, Secretaria de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, Marinha, autoridades ambientais, autoridades portuárias (CDRJ), Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sindicato Nacional da Indústria de Construção Naval (Sinaval), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), universidades, Sebrae e Fundo de Marinha Mercante (FMM).

Para o vice-almirante Edésio é preciso criar um sistema de governança que permita explorar as potencialidades da economia do mar, principalmente quando surgem novas oportunidades - como o desenvolvimento do pré-sal - pela frente. “O Brasil é uma nação marítima, com 80% da população vivendo a até 200 quilômetros da faixa costeira, mas muitas vezes não conseguimos enxergar isso”.

Com essa articulação entre todos os atores, pretende-se aproveitar melhor o potencial de cada um com a intenção de atender à demanda por equipamentos e serviços navais. O cluster será lançado oficialmente em um evento na Firjan, com a participação do comandante da Marinha, Ilques Barbosa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De Buenos Aires

Título: Demanda no país vai crescer 8%, diz Gerdau

Reforma do alto-forno 1 da siderúrgica foi adiada em um ano, para 2023; investimento será de R\$ 500 milhões

A Gerdau vai fazer a primeira grande reforma do alto-forno 1 da usina de Ouro Branco, em Minas Gerais, em 2023. O presidente da siderúrgica, Gustavo Werneck, disse ao **Valor** que essa parada estava prevista para o final de 2022, mas como foi feita uma pequena manutenção do equipamento neste ano, com uma interrupção da operação por 60 dias, a companhia conseguiu estender a vida útil do alto-forno por mais um ano.

“Será uma parada por quatro a cinco meses e os investimentos estão dentro do plano que traçamos para a usina nos próximos quatro anos. São recursos da ordem de R\$ 500 milhões por ano que serão aplicados em Ouro Branco, incluindo a siderurgia e a mineração até 2022”, disse o executivo do grupo brasileiro.

Segundo Werneck, o alto-forno 1 é o maior que a siderurgia opera em Ouro Branco com capacidade de produção de 2,5 milhões de toneladas de aço bruto por ano. Hoje, a Gerdau trabalha com dois equipamentos nesta unidade. “Esse alto-forno tem 33 anos de idade e será a primeira vez que faremos essa grande reforma. Na parada que fizemos este ano, de 60 dias, investimos R\$ 150 milhões”, afirmou.

O executivo acrescentou, ainda, que a Gerdau espera para janeiro a concessão das licenças ambientais para o início dos investimentos para aumentar a vida útil da mina de minério de ferro que a companhia mantém em Ouro Branco. “Estava previsto para que essa licença saísse em setembro, mas ocorreu um atraso por parte do governo no Estado de Minas Gerais em função dos acontecimentos do início do ano. Mas, o que sentimos é que, agora, o governo retomou o ritmo normal de aprovação de licenças ambientais.”

Na operação de aços longos, Werneck disse que a companhia espera um crescimento de 6% a 8% na demanda no mercado brasileiro, puxado principalmente pelo setor imobiliário. “Estamos muito otimistas com 2020. Pela primeira vez nesses últimos tempos, estamos vendo a demanda retomando. Com o aumento dos lançamentos imobiliários, os pedidos estão acontecendo. E esse movimento será mais forte depois do Carnaval. Então, 2020, haverá recuperação de mercado”, afirmou o executivo.

Segundo Werneck, com a queda da demanda no Brasil nos últimos anos, a Gerdau passou a operar com uma utilização de capacidade de 63% em aços longos e 83% em aços planos, em média, de acordo com Werneck gira em torno de 65%. “O ideal é um nível de ociosidade de 20% na operação. Mas, estamos trabalhando para essa recuperação esperada no próximo ano. Não haverá desabastecimento. Temos duas usinas paradas, uma na Bahia e outra em Curitiba, com isso temos condições de voltar a operação normal dessas unidades em três meses, caso necessitemos reativá-las”, afirmou o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas — Do Rio

Título: Venda de imóveis pode render mais de R\$ 1 bi para BR

A BR Distribuidora planeja vender ao menos parte dos imóveis que possui e que atualmente estão alugados. A maioria é de terrenos onde estão instalados postos com a bandeira da empresa. Ontem, em teleconferência com analistas, embora tenha evitado dar estimativa de quanto pode ser levantado pela companhia, o diretor executivo financeiro e de relações com investidores, André Natal, ressaltou que o valor pode superar R\$ 1 bilhão. A afirmação foi feita após pergunta de analista sobre a possibilidade de os imóveis no portfólio da BR alcançarem esse valor.

Atualmente, a BR tem 668 imóveis que podem ser vendidos. Natal disse que há vários tipos de imóveis para venda e que a definição sobre como será o processo não será resolvido “em dois meses”. Nos últimos meses, a distribuidora levantou a situação patrimonial, contratual, judicial e ambiental de cada um e agora será analisada a melhor forma de gerenciar esses ativos.

Para tanto, foi contratada uma empresa para reavaliação dos imóveis. “Há terrenos muito antigos, estamos fazendo a reavaliação de todos. Seguramente é uma base relevante”, disse Natal.

O diretor explicou que a companhia tem um “número surpreendente de imóveis para quem não está no setor de ‘real state’”. “Não é a melhor alocação. Temos que alocar onde temos vantagem competitiva. Não é expertise da BR gerenciar uma carteira de imóveis desse tamanho”, disse Natal, acrescentando que o objetivo é desmobilizar o maior número possível de imóveis.

Natal também ressaltou que o patamar confortável de alavancagem da companhia, medido pela razão entre a dívida líquida e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), é entre 1 vez e

1,5 vez. No terceiro trimestre, com a queda de 45,4% da dívida líquida, para R\$ 2,311 bilhões, a alavancagem recuou para 0,8 vez.

“O nível [de alavancagem] entre 1 vez e 1,5 vez deve ser mantido por alguns anos”, disse Natal.

Para o futuro, o objetivo da companhia passa por manter a participação de mercado sem perder a rentabilidade. O presidente da BR Distribuidora, Rafael Grisolia, afirmou que a companhia tem rentabilidade em torno de R\$ 70 por metro cúbico vendido. O objetivo, ao longo do tempo, é se aproximar dos concorrentes - que conseguem R\$ 100 por metro cúbico.

Para Grisolia, esse patamar de rentabilidade que hoje é atingido pelos concorrentes poderá ser superado pela BR Distribuidora ao fim de 2021. “A BR Distribuidora tem condições de ser a mais competitiva, pela escala e logística”, afirmou Grisolia.

O presidente da empresa também destacou que enxerga o negócio “a partir do portão da refinaria”. A afirmação foi feita depois de pergunta sobre a possibilidade de a BR Distribuidora participar do processo de venda das refinarias da Petrobras. “A gente não é produtor”, afirmou Grisolia. “Refino é outra dinâmica, um negócio bem distinto. Vejo de verdade oportunidades importantes para a BR como distribuidora com novos donos de refinaria no futuro”.

Grisolia ponderou que não é totalmente estranho ao mercado a existência de um produtor que atue também no mercado de distribuição. Ele citou inclusive a Raízen, que produz etanol e concorre com a BR na distribuição. Para ele, a partir do momento em que as refinarias hoje nas mãos da Petrobras estiverem em mãos privadas, não está descartado para a BR conseguir vantagens comparativas nas negociações, uma vez que a empresa é a maior compradora do mercado. “Somos o maior cliente das refinarias por definição e não temos tratamento diferenciado por questões históricas válidas”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Endividamento das usinas cresceu em 2018/19

O longo período de preços baixos do açúcar e a menor quantidade de cana moída na safra passada (2018/19), encerrada em março, levou as usinas sucroalcooleiras a consumirem caixa ao longo da temporada, algo que não ocorria desde a safra 2014/15, e a registrarem o segundo maior patamar de

endividamento da história, atrás apenas do nível do ciclo 2015/16. Diante do mau momento da commodity, as companhias em melhor situação financeira estão investindo em alternativas de receita que a biomassa da cana pode oferecer.

Levantamento do Itaú BBA baseado em balanços de 60 grupos sucroalcooleiros do Centro-Sul do Brasil, que processaram 71% da cana da região na temporada passada, mostra que o endividamento líquido total subiu 8,6% em 2017/18, para R\$ 50,5 bilhões.

Numa safra em que o mercado de etanol mostrou reação e compensou, em parte, a dificuldade no mercado de açúcar, a receita líquida total das empresas incluídas no estudo ficou praticamente estável, em R\$ 68,6 bilhões. Mas, como a maior parte dos custos do segmento é fixa, a menor oferta de cana dificultou a diluição de custos, o que derrubou o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) conjunto das empresas em 19%, para R\$ 14,5 bilhões - pior patamar desde 2014/15. Sem uma operação para garantir uma geração de caixa adequada, o fluxo de caixa ficou negativo em R\$ 915 milhões, após três safras de saldo positivo nessa frente.

O aumento do endividamento também refletiu o efeito da valorização do dólar ante o real sobre a parcela das dívidas em moeda estrangeira - o que já era esperado por várias companhias.

Nem todas as novas contratações de dívida, porém, foram apenas para garantir a manutenção das operações. Ainda que esta seja a realidade das empresas com maior fragilidade financeira, outro grupo, formado pelas 41 companhias que estão nos dois “pelotões” de melhor desempenho do segmento e que moeram 298 milhões de toneladas na safra passada, buscaram financiar investimentos para sair da dependência do açúcar.

“Cada vez mais empresas estão em busca de melhoria do seu ativo. Os principais focos de investimento são em cogeração de energia, aumento ou construção de novas destilarias e aquisição de canavial. Também há alguns investimentos anunciados, que não necessariamente apareceram nos números, em [usina flex de] etanol de milho e biogás”, disse Pedro Fernandes, diretor de agronegócios do Itaú BBA.

Nos cálculos do banco, desses 41 grupos em melhor situação financeira, 65% alocaram um montante de investimentos em bens de capital (Capex) acima de 90% da depreciação de seus ativos. Na safra anterior (2017/18), apenas 53% das companhias analisadas haviam feito tal alocação de investimentos em seus ativos. “Isso significa que dois terços das empresas em melhor situação estão tentando melhorar sua operação”, disse.

O volume nominal de investimento alocado por esses grupos “mais saudáveis” também demonstra tal expansão - houve alta de 17% na última safra, acrescentou. O Capex total da amostra de 60 grupos subiu apenas 3%, para R\$ 10,7 bilhões, maior nível desde 2014/15.

Os aportes em projetos de cogeração de energia a partir do bagaço da cana aparecem com destaque. E não só por demandarem muito capital, mas também por oferecerem um retorno atraente, já que a receita tende a ser mais estável.

Mas ainda não são todas as empresas com alguma folga financeira que estão buscando otimizar seus ativos ou que sequer estão conseguindo reverter a depreciação destes. Do conjunto que envolve as 41 melhores empresas, 15% alocaram investimentos abaixo de 60% da depreciação, não conseguindo uma recuperação - mesma proporção observada na safra anterior. “Mas essas são histórias bem específicas”, observou.

A redução da dependência do açúcar no campo operacional também tem aparecido no perfil do endividamento das empresas. Dez anos atrás, metade da dívida do segmento estava atrelada ao dólar, já que as exportações da commodity geravam um “hedge” natural para as dívidas. Com o açúcar em baixa e um dólar que não compensa todas as perdas, as usinas passaram a buscar financiamentos em reais - atualmente, a parcela da dívida em dólar é inferior a 30%, observa Fernandes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Raízen Energia volta ao azul

Após iniciar a safra 2019/20 com prejuízo no primeiro trimestre, a Raízen Energia, divisão sucroalcooleira da joint venture entre Cosan e Shell, voltou ao azul e tem a expectativa de que seus resultados serão ainda melhores na segunda metade do ciclo. A companhia teve lucro líquido de R\$ 79,6 milhões de julho a setembro, ante um prejuízo líquido de R\$ 71,5 milhões um ano antes.

A receita da divisão sucroalcooleira da Raízen, que incluiu os negócios de comercialização de energia da trading WX, cresceu 41,2% na comparação anual, para R\$ 7,7 bilhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado aumentou 31,3%, para R\$ 850,3 milhões.

O avanço da receita foi impulsionado pelo aumento do volume de vendas de etanol e pelos melhores preços tanto do etanol como do açúcar. A receita com o biocombustível cresceu 47,5%, para R\$ 3 bilhões. Já as vendas de açúcar renderam R\$ 593,6 milhões, um recuo de 39,7% na comparação anual, mas em razão da estratégia de comercialização do produto ao longo da safra.

No primeiro trimestre, a Raízen já havia segurado a comercialização de açúcar, embora venha mantendo as vendas de etanol em alta, acompanhando a demanda doméstica aquecida. No acumulado dos dois primeiros trimestres da safra, o Ebitda ajustado somou R\$ 1,3 bilhão, aumento de 9,6% ante o mesmo período do ciclo anterior.

No segundo semestre da safra, as vendas de açúcar deverão deslanchar e as de etanol tendem a surfar a onda do aumento sazonal de preços, melhorando os resultados, indicou Phillipe Casale, gerente executivo de relações com investidores da Cosan, em teleconferência com analistas.

“O aumento da capacidade de armazenagem elevou nossa flexibilidade para comercializar açúcar, mirando os contratos [na bolsa de Nova York] quando o retorno faz mais sentido e alinhado a nossa estratégia de hedge”, explicou.

No trimestre, a moagem de cana cresceu após chuvas atrasarem os trabalhos no início da temporada. Desde o começo da safra, já foram moídas 47,4 milhões de toneladas de cana, um incremento de 2% na comparação anual, com aumento da produtividade no segundo trimestre. A expectativa, segundo Casale, é que a moagem alcance 61 milhões de toneladas.

Com isso, Casale disse que a Cosan espera que o Ebitda da Raízen Energia nesta safra fique entre R\$ 3,4 bilhões a R\$ 3,6 bilhões - a estimativa oficial é de um resultado de até R\$ 3,8 bilhões.

O volume de açúcar a ser comercializado nos próximos trimestres é 41% maior que um ano atrás - somava quase 2 milhões de toneladas no fim de setembro. Já no caso do etanol, havia 1,237 bilhão de litros, 8,4% a menos que há um ano.

O negócio de cogeração de energia só teve melhor desempenho por causa das operações de trading, uma vez que a Raízen Energia reduziu a quantidade de energia própria cogorada e os preços no mercado físico caíram.

Os investimentos em bens de capital (Capex) cresceram 16% em relação ao segundo trimestre de 2018/19, para R\$ 541 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 13/11/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo****Título: Biosev não sai do vermelho**

A alta do dólar voltou a ser o principal vilão dos resultados da Biosev - braço sucroalcooleiro da multinacional francesa Louis Dreyfus Company (LDC) -, que possui parte esmagadora de seu passivo em moeda estrangeira. Com despesas financeiras “infladas” pela variação cambial, a companhia encerrou o segundo trimestre da safra 2019/20 com prejuízo líquido de R\$ 304,3 milhões, 95,6% acima do prejuízo registrado um ano antes (já considerados os efeitos da nova regra contábil).

A variação cambial sobre as despesas financeiras foi de R\$ 462,7 milhões no período - mais de três vezes o efeito registrado no segundo trimestre da safra passada. O dólar PTAX subiu 8,7% ao longo do trimestre, e terminou o período em R\$ 4,1644 - 4% acima do câmbio de um ano antes. Com isso, as despesas financeiras líquidas do trimestre mais do que dobraram em relação ao mesmo período do ciclo anterior, para R\$ 696,2 milhões.

O aumento da despesa financeira líquida também teve efeito de despesas de R\$ 177 milhões com juros - que, na nova regra contábil, sobem para R\$ 219 milhões -, além de ajustes com derivativos.

O pagamento de juros e principal (que, juntos, totalizaram R\$ 338,7 milhões) acabou reduzindo o caixa da companhia no trimestre em 47% na comparação anual, para R\$ 458 milhões.

Com menos recursos em caixa e com o efeito negativo da alta do dólar sobre a dívida bruta, o endividamento líquido encerrou o trimestre 7,8% acima do registrado um ano antes, em R\$ 5,6 bilhões. E a parcela da dívida bruta (R\$ 6,1 bilhões) exposta ao dólar ainda é alta, de 88%, enquanto o mesmo não se aplica aos recursos em caixa (41% denominados em dólar).

A companhia tem reuniões trimestrais com os bancos credores para discutir o perfil de seu endividamento e, segundo Gustavo Theodoro, que está transmitindo o cargo de diretor financeiro da Biosev a Leonardo D’Elia, há discussões sobre reduzir a exposição da dívida em moeda estrangeira. “Achamos que dá para deixar a relação mais balanceada”, disse ele ao **Valor**.

Ele admitiu ainda que, “em algum momento”, a Biosev terá que fazer uma renegociação com os bancos, dado o vencimento de uma parcela “importante”

de amortização em abril de 2021. Para a safra 2021/22, a companhia terá que pagar R\$ 2,6 bilhões.

Para a segunda metade desta safra 2019/20, Theodozio descartou a necessidade de contratação de dívida nova, dado não só os recursos em caixa, mas o maior volume de açúcar em estoque a ser vendido nos próximos meses.

No trimestre, as vendas de etanol impulsionaram a receita líquida, que cresceu 4,7%, a R\$ 1,6 bilhão (incluindo resultado com revendas e efeito de contabilidade de hedge). A Biosev aproveitou a alta do etanol no país, sobretudo do anidro, e exportou 72 milhões de litros à Califórnia para capturar mais ganhos, explicou Dorothea Soule, diretora comercial.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado ficou em R\$ 494,9 milhões, queda de 5,8% na comparação anual.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto e Luísa Martins — De Brasília

Título: Rebatizada, Engevix fecha leniência e mira retomada

Após mais de quatro anos de negociações, a Nova Participações (novo nome da empreiteira) assinou seu acordo com o governo federal no valor de R\$ 516 milhões

Após mais de quatro anos de negociações, a Nova Participações (antiga Engevix) assinou ontem seu acordo de leniência com o governo federal. O dono da empresa, José Antunes Sobrinho, disse ao **Valor** que o acordo, fechado por R\$ 516 milhões, ajudará na retomada dos negócios, bastante afetados pelo envolvimento na Lava-Jato e pela recessão registrada nos últimos anos.

O acordo assinado com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com a Advocacia-Geral da União (AGU) estabelece um prazo de 26 anos para o pagamento do valor definido entre as partes. O montante envolve o ressarcimento do dano causado aos cofres públicos e o enriquecimento ilícito obtido com contratos fraudulentos envolvendo recursos federais, além de multa.

As negociações da Engevix com AGU e CGU começaram em 2015, no auge da Lava-Jato, mas chegaram a ser paralisadas, o que colocou a sobrevivência da empreiteira em xeque. Após ajustes, as tratativas foram retomadas seis meses atrás e evoluíram rapidamente até a assinatura. Antunes crê que o acordo abre portas para a nova empresa.

“Há muitos clientes privados que exigem esse acordo, que também cria as condições para ampliar o acesso a crédito”, explica o empresário, que espera recuperar o espaço perdido nos setores público e privado. Estão no radar contratos para construção de linhas de transmissão de energia e usinas hidrelétricas.

Sobrinho também está de olho em novos contratos com a Petrobras - especialmente no setor naval - e quer viabilizar a venda da Usina Hidrelétrica São Roque, em Santa Catarina. Se não conseguir encontrar interessados, a ideia é levantar recursos para concluir o projeto, que atualmente tem 78% de execução.

Apesar de reconhecer que 2019 está sendo “muito difícil”, o empresário demonstra algum otimismo com os dois próximos anos. Ele acredita que a agenda econômica do governo do presidente Jair Bolsonaro - destaque para privatizações e concessões - podem impulsionar os investimentos em infraestrutura. Antunes também observa as mudanças na oferta de financiamento.

“Antes era só BNDES, que agora está em retirada. De um lado, ainda não decolou o crédito privado, e os meios de financiamento ainda se formatando”, afirmou o empresário. “Mas estamos otimistas. Acreditamos que a economia retoma no ano que vem e é importante ter o caminho livre, o que o acordo possibilita”, disse.

Instantes após a assinatura, advogados da empresa disseram em nota que o acordo “garantirá ao processo a segurança jurídica desejada, ao contrário de alguns anos atrás, quando cada instituição seguia uma lógica de negociação própria e havia um ambiente de incertezas sobre o futuro desses acordos”. Diferentemente de outras empreiteiras, como Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, a Engevix não tem leniência com o Ministério Público Federal (MPF).

Das principais construtoras envolvidas na operação Lava-Jato, a única que ainda não tem acordo com a CGU é a Queiroz Galvão. O grupo fundado em Pernambuco teve as negociações encerradas e deverá ser declarado inidôneo, o que impedirá a participação em licitações públicas e a tomada de empréstimos em instituições financeiras oficiais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/11/2019****Seção: Economia****Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA****Título: Governo anuncia desbloqueio de R\$ 14 bi do Orçamento**

Liberação teria sido possível porque a União vai receber R\$ 69,9 bi do megaleilão de petróleo do pré-sal

O Ministério da Economia divulgou ontem o desbloqueio de R\$ 14 bilhões do Orçamento. Com a liberação, não há mais recursos bloqueados. O desbloqueio dos recursos foi divulgado em um relatório extraordinário de avaliação de receitas e despesas.

Segundo o documento, a liberação foi possível porque a União receberá R\$ 69,9 bilhões com o megaleilão de petróleo – inicialmente, o governo estimou arrecadar R\$ 106,6 bilhões. Com a estimativa inicial, R\$ 52,4 bilhões seriam pagos este ano, e o restante, em 2020. Com isso, haveria acréscimo de R\$ 17,5 bilhões no montante que o governo previa arrecadar ainda em 2019. Como a lei prevê que o governo vai dividir parte dos recursos do leilão com Estados e municípios, foi preciso rever os cálculos e publicar relatório extra.

No documento, o ministério informa que o valor total que poderia ser desbloqueado somava R\$ 16,7 bilhões. No entanto, a regra do teto de gastos e os limites do Orçamento impedem novas despesas de emendas impositivas, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União. Por isso, o valor liberado foi reduzido em pouco mais de R\$ 2 bilhões.

O secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou que as contas públicas devem fechar este ano com rombo de R\$ 80 bilhões. A meta permite resultado negativo de até R\$ 139 bilhões. Para 2020, o secretário disse que o governo quer resultado abaixo de R\$ 80 bilhões, o que pode ser alcançado com novos leilões de petróleo. Mas a meta oficial será mantida em R\$ 124 bilhões, disse o secretário.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/11/2019****Seção: Economia****Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA****Título: Estados propõem alterações na PEC emergencial**

Os secretários de Fazenda dos Estados querem que as medidas de ajuste previstas na PEC emergencial sejam automáticas também para os governos

regionais, assim como são para a União. Eles defenderam contabilizar as despesas com aposentados e pensionistas para cumprir os percentuais mínimos de gastos com saúde e educação previstos na Constituição.

Os pedidos foram apresentados ao secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, em reunião do Conselho Nacional de Secretários de Fazenda. “Não existe ponto inegociável”, disse Rodrigues, que prometeu levar as sugestões ao Congresso. A PEC emergencial cria mecanismos de controle de despesas públicas, como a redução da jornada de trabalho e do salário de servidores. A expectativa é que, com as medidas, a União consiga abrir um espaço de R\$ 50 bilhões.

O texto faz parte do pacote entregue por Bolsonaro ao Congresso. Ele inclui ainda a PEC do pacto federativo, que transfere R\$ 400 bilhões em recursos de exploração de petróleo e dá mais autonomia financeira para Estados e municípios. E a PEC dos fundos setoriais, que extingue a maior parte dos 281 fundos públicos e permite o uso de R\$ 220 bilhões de recursos para abatimento da dívida pública. O presidente do Comsefaz, Rafael Fonteles, disse que as mudanças pedidas pelos secretários são pontuais. “A maioria dos secretários apoia as PECs.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/11/2019

Seção: Internacional

Autor: Ricardo Galhardo

Título: Brasil teme que crise na Bolívia afete oferta de gás

Risco é que distúrbios saiam do controle, prejudicando fornecimento do produto

A principal preocupação do governo brasileiro em relação à crise na Bolívia é a possibilidade de interrupção no fornecimento de gás natural. Os bolivianos fornecem cerca de 30% de todo o gás consumido no Brasil. O temor das autoridades brasileiras é de que a situação política saia de controle e o fornecimento de gás seja interrompido. Desde a renúncia de Evo Morales, no domingo, 200 manifestantes ligados ao Movimento ao Socialismo (MAS), partido do ex-presidente, invadiram e paralisaram a produção de apenas uma usina de gás natural no campo de Carrasco, Província de Chapare, Departamento de Cochabamba, um bastião dos apoiadores de Morales.

A estatal boliviana, Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), enviou ontem uma carta ao governo da Argentina notificando que o fornecimento de gás pode ser afetado em razão das “limitações” atuais da usina de Carrasco. As

Forças Armadas da Bolívia já retomaram o controle das instalações, mas a usina ainda opera com a metade da capacidade. O impacto para o Brasil por enquanto é zero. Os campos operados pela Petrobrás, no sul da Bolívia, ficam em uma região relativamente tranquila. No entanto, existe o temor de que uma instabilidade política prolongada leve a ações de extremistas em outros campos, o que poderia afetar o fornecimento para o Brasil.

Desde o início da crise, pelo menos quatro empresas estrangeiras que operam campos na Bolívia suspenderam suas atividades de exploração em razão do temor de reações por parte dos militantes de ambos lados da disputa política. O fato de a Bolívia estar acéfala desde a renúncia de Morales também preocupa. Evo, o vice-presidente, Alvaro Garcia Linera, os presidentes da Câmara e do Senado renunciaram diante das denúncias de fraude eleitoral, pressão dos militares e manifestações violentas da oposição, deixando um vácuo de poder. Enquanto as autoridades buscam uma saída constitucional, a Bolívia é governada por uma junta militar.

Segundo fontes do setor energético, o consumo brasileiro de gás boliviano está próximo do teto de 31,5 milhões de m³/dia em razão da seca dos últimos meses que reduziu consideravelmente o volume de água nos reservatórios das hidrelétricas brasileiras. Quase todo o gás boliviano é destinado a indústrias e usinas termoeletricas. Existem outras opções de fornecimento, como o Gás Natural Liquefeito (GNL), exportado principalmente dos EUA. No entanto, a substituição pode levar algum tempo e ter impacto nos preços da energia. “Não há risco de desabastecimento, mas a diminuição da oferta pode ter impacto nos preços”, afirmou Alexandre Lopes, diretor técnico da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abrecee).

Além disso, a crise ocorre no momento em que a Petrobrás e a YPFB tentam implementar a venda de 51% do Gasbol, rede de distribuição de gás boliviano com mais de 3 mil quilômetros de extensão, 85% deles em solo brasileiro, parte do acordo da Petrobrás com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para a abertura do mercado de gás natural em diversos Estados brasileiros. “Os últimos acontecimentos na Bolívia jogam um balde de água fria na negociação entre a Petrobrás e a YPFB, restando ao investidor aguardar o desenrolar do cenário nos próximos dias”, disse Ernani Reis, analista da Capital Research.

Paralisação. Ontem, o diretor de relacionamento institucional da Petrobrás, Roberto Ardenghy, admitiu que as renegociações de contratos de importação de gás natural entre a Petrobrás e a YPFB estão paralisadas, mas garantiu que o Brasil tem uma reserva estratégica estimada em pelo menos seis meses. / COLABOROU MARIANA DURÃO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/11/2019****Seção: Metrópole****Autor: ROBERTO NETTO R.J. e PAULO****Título: Possível chegada de óleo faz Rio treinar resposta rápida**

Estado criou comitê em caso de contaminação; foco inicial é para noroeste fluminense e Região dos Lagos

Autoridades temem que o óleo que atinge a costa do Nordeste e do Espírito Santo alcance o Rio nos próximos dias. Diante dessa possibilidade, o governo do Estado criou um grupo de trabalho especial para a vigilância da costa fluminense. O objetivo é garantir pronta resposta em caso de o petróleo chegar à região. O grupo é coordenado pela secretária estadual do Ambiente e Sustentabilidade, Ana Lúcia Santoro, e composto por técnicos da pasta e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

“Na última semana, o Inea realizou a capacitação de 80 pessoas, entre técnicos da Defesa Civil estadual, do Corpo de Bombeiros e do próprio órgão ambiental, além de militares do Exército para atuação em caso de surgimento de óleo na costa”, informou o Inea em nota. “O treinamento incluiu atividade prática na praia, onde o grupo simulou atendimento de emergência.” Ontem, o Inea iniciou a capacitação dos 25 municípios costeiros. Inicialmente, o foco será municípios do noroeste fluminense e Região dos Lagos e, na próxima semana, os municípios da região metropolitana e do sul fluminense.

Segundo Humberto Barbosa, coordenador do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélite (Lapis) da Universidade Federal de Alagoas, a direção e a intensidade das correntes marítimas e ventos na superfície do mar serão determinantes para a chegada do óleo ao Rio. A origem do poluente e as causas do vazamento ainda são desconhecidas.

Greenpeace. Ontem, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia deu prazo de 15 dias para o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, responder, se quiser, à queixacrise ajuizada pelo Greenpeace por suposto crime de difamação. A ONG alega que Salles violou a lei ao acusá-la de depredar patrimônio público e estar envolvida com a contaminação.

Em um protesto na frente do Palácio do Planalto, em outubro, manifestantes do Greenpeace usaram tinta preta para simbolizar o derramamento de óleo. Horas depois, no Twitter, Salles chamou o grupo de “ecoterroristas”. Também insinuou que uma embarcação da ONG poderia estar envolvida na

contaminação. Procurado, Salles afirmou que “entende que não há crime e já se manifestou nesse sentido nos autos”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Diego Garcia e Nicola Pamplona

Título: Governo incentiva corte no ICMS da aviação

Ministro da infraestrutura afirma que diminuição do imposto do combustível aumenta competitividade do setor

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, afirmou nesta terça-feira (12) que o governo federal vem estimulando estados a reduzir a alíquota de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para o querosene de aviação, em um esforço para ampliar a competitividade do setor de aviação no país.

“São Paulo já o fez e o Rio de Janeiro está anunciando hoje”, afirmou, durante discurso em seminário promovido pelo Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais) e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no Rio.

O estado carioca anunciou a redução na tarifa na tarde desta terça-feira, em solenidade no Palácio Guanabara. Segundo o Rio, o objetivo é movimentar a economia por meio do aumento do número de voos. O decreto faz o ICMS cair de 12% para até 7%.

O Rio arrecada anualmente cerca de R\$ 160 milhões com ICMS sobre o querosene de aviação, mas espera aumentar o valor em longo prazo com a redução na alíquota. De acordo com o secretário de Fazenda, Luiz Cláudio Rodrigues Carvalho, haverá uma arrecadação direta, geração de emprego e renda a partir do incentivo.

Terão o percentual de 7% as novas empresas que chegarem ao Rio, além das companhias de transporte aéreo de carga e os aeroportos do interior do estado. As demais terão tributação concedida conforme a expansão e terão de ampliar em pelo menos 15% a oferta de assentos no Rio de Janeiro.

São Paulo já havia reduzido a tarifa anteriormente. Em fevereiro, o governador João Doria anunciou a redução de 25% para 12% na alíquota do ICMS sobre o querosene de aviação em voos domésticos no estado.

A medida impactou cidades do interior, como Franca e Barretos, que começaram a ter voos operados por pequenas aeronaves com destino ao aeroporto de Congonhas, na capital.

As duas cidades fazem parte de uma lista de sete destinos no interior e litoral já anunciados por companhias aéreas para receber voos a partir do programa que reduziu o ICMS. Araçatuba, São Carlos, Votuporanga, Araraquara e Santos/Guarujá são os outros municípios.

“Essas reduções sempre estão atreladas ao maior número de rotas e movimento como forma de compensar a redução de tributos”, disse o ministro Tarcísio Freitas.

Ele lembrou que o governo federal já eliminou a obrigação de capital estrangeiro em companhias aéreas com operações no Brasil, o que culminou com a chegada de empresas como a argentina Flybondi, a chilena Sky Airline e a norueguesa Norwegian Air.

Por enquanto, essas companhias vêm operando apenas com voos internacionais, mas o ministro afirmou esperar que “este é um primeiro passo para o ingresso no mercado doméstico”. “[Estamos] aumentando a concorrência, o que vai ter um reflexo na tarifa”.

Ele confirmou ainda que o governo realizará em 2020 o leilão de privatização de 22 aeroportos, divididos em três blocos: Norte, que tem como âncora o aeroporto de Manaus; Central, com o aeroporto de Goiânia com âncora; e Sul, que inclui aeroportos como Navegantes (SC) e Foz do Iguaçu (PR).

Para o fim de 2021 e início de 2022, outros 19 devem ir a leilão, também em três blocos, incluindo os mais rentáveis da Infraero, Congonhas, em São Paulo, e Santos Dumont, no Rio.

“O mercado de aviação vai crescer bastante. A gente tem o sexto maior mercado de aviação do mundo e tem tudo para ter o terceiro, em razão da nossa extensão territorial”, concluiu.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/11/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Após leilão De petróleo, governo desbloqueia R\$ 14 bi de ministérios

Após o leilão do petróleo da chamada cessão onerosa, o governo anunciou nesta terça-feira (12) que vai desbloquear R\$ 14 bilhões em recursos de

ministérios. Com a medida, o governo afirma que não há mais verbas travadas no Orçamento. O certame, realizado na última semana, arrecadou R\$ 69,9 bilhões em bônus de assinatura. O valor é inferior aos R\$ 106 bilhões esperados pelo governo porque parte dos blocos de exploração não foi arrematada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 13/11/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Bolívia alerta sobre possível interrupção de gás no Brasil

A estatal boliviana YPFB comunicou à Petrobras o risco de "eventual variação" no fornecimento de gás natural, em meio a crise política no país. O mercado, porém, não vê risco de interrupção no suprimento por enquanto. A incerteza na Bolívia deve atrasar as negociações para a compra de gás por empresas privadas a partir de 2020, um dos primeiros passos do "choque de energia barata" prometido por Bolsonaro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 13/11/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORRÊA

Título: Após leilão, governo libera R\$ 14 bilhões do Orçamento

O governo anunciou ontem o desbloqueio de R\$ 14 bilhões do Orçamento, cumprindo a previsão de liberar todo o montante de verbas que estava contingenciado até agora após a realização do megaleilão de petróleo em áreas do pré-sal, na semana passada. Apesar de o resultado do certame ter frustrado o mercado sem a atração de petroleiras estrangeiras e com arrecadação menor que a esperada, a parcela da União ficou acima das projeções oficiais da equipe econômica.

A licitação rendeu R\$ 69,9 bilhões, bem abaixo dos R\$ 106,5 bilhões esperados porque duas das quatro áreas não tiveram interessados. A estimativa do Ministério da Economia, no entanto, era ainda mais conservadora. Além de já contar com a falta de interesse pelas duas áreas, os técnicos previram que o pagamento fosse parcelado. Assim, só R\$ 52,5 bilhões seriam arrecadados neste ano.

O parcelamento, no entanto, só ocorreria se as áreas fossem arrematadas com ágio de 5% ou mais, o que acabou não ocorrendo. A Petrobras levou os campos oferecendo o mínimo exigido pelo edital.

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/11/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: A Petrobras e a vaca**

Ouvido no mercado de petróleo sobre a capacidade financeira da Petrobras em tocar o megacampo de Búzios, arrematado por US\$ 17 bilhões no leilão da cessão onerosa:

—A Petrobras não precisa de dinheiro de fora para colocar ali. O próprio campo vai gerar lucros suficientes para isso. É como comprar uma vaca e pagar com a venda do leite.

MME / ASCOM .